

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 16, DE 30.04.2016

No dia 30 de abril de 2016, pelas 14h 20m, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Ata da reunião de 26.02.2016.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia.
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Prestação de Contas do ano de 2015.
6. Alterações ao Regulamento de Concessão de Apoios ao Investimento.
7. Constituição do Direito de Superfície – Campo Municipal da Boavista – Sporting Clube Paivense.
8. Alteração do Mapa de Pessoal.
9. Projeto de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Policia de Castelo de Paiva.
10. Intervenção do Público

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, José Vieira Gonçalves, Giselda Martins Sousa Neves, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Fernando Rodrigues Alves, Marisa Vieira da Cunha Santos, António da Silva Pinto, Ângelo Soares Fernandes, José Correia Teixeira Martins, José Duarte Sousa Rocha; Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira, Maria Manuela de Sousa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; Tiago José Moreira da Rocha, Manuel da Costa Moreira da Rocha Correia, Maria Celeste José dos Santos, José António dos Santos Vilela, António Filipe Moura Fernandes, Vítor Manuel Quintas Pinho, e Mónica Sofia Gomes da Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, Maria Deolinda Martins Sousa em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores, António Rodrigues, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado por José Vieira Gonçalves como 1º. Secretário, e Mónica Sofia Gomes da Rocha, como 2ª. Secretária em substituição da Carla Freitas Vinagre.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

a) Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre; b); Maria Alcina Gonçalves Correia; c) António Pedro Maldonado Martins Carvalho; d)Filipe Miguel Sousa Costa; e) António da Rocha Pereira;

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos, ou seja: a) Maria Celeste José dos Santos; b)Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira; c) Tiago José Moreira da Rocha; d) Marisa Vieira da Cunha Santos; e) José Teixeira Correia Martins.

Faltaram os Membros: José Manuel Lopes de Almeida, Ricardo Jorge Martins Alves, Abel Duarte da Rocha, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca e Ricardo Costa Moreira.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 14.20h.

Almiro Moreira fez uma observação prévia e referiu que na documentação que tinha recebido constava o relatório do PSF semestral relativo a Junho de 2015, assim como o relatório do PSF anual de 2015, mas como não constava na convocatória a sua apreciação, pensava que estava em falta ou que não seriam analisados naquela sessão.

Presidente da AM referiu que havia algumas questões sobre a Agenda, porque o ponto 8, não iria ser discutido naquela sessão e quanto ao Ponto 5 além da discussão e aprovação das contas, propunha o agendamento do Ponto 5 A para apreciação do Relatório do PSF semestral e anual.

Colocado à votaçãoaquela proposta foi a mesma aprovada por unanimidade.

1.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções

ATA DA SESSÃO DA AM DE 26.02.2016.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 26.02.2016.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria, com 5 abstenções, por não terem estado presentes naquela sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

3.- ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

José Rocha referiu que dava os parabéns à AADOP pela realização da caminhada que juntou muitos paivenses interessados pela causa em questão. Enalteceu o Sr. Presidente da AM pela realização das comemorações do 25 de Abril, que trouxe excelentes intervenções de todos os que intervieram. Deu os parabéns ao Executivo Municipal pela inauguração do Parque Urbano da Quinta do Pinheiro.Lamentava o facto de Castelo de Paiva, mais uma vez, ficar de fora de importantes medidas para

o Município pelo desmazelo de quem governava o País. Teve conhecimento que existiu um despacho do Gabinete do Ministério da Agricultura onde constava os municípios que vão ter ajudas para os seus agricultores devido às intempéries de 12 a 15 de Fevereiro, com apoios no mínimo de 2.500€ a 10.000€ no máximo a cada agricultor. Havia também uma portaria que abrangia as explorações vitivinícolas, em que havia um período excecional de candidaturas no regime de reestruturação e reconversão de vinhas afetadas pelas intempéries. Tinha a lamentar que dos 3 concelhos que compunham a Sub Região do Paiva, Castelo de Paiva, Cinfães e Marco de Canaveses, apenas Castelo de Paiva tenha ficado de fora, mais uma vez, destes importantes apoios para os agricultores que eram uma enorme fonte de riqueza para a economia e o Executivo deveria ter uma atenção muito especial sobre estes aspetos da agricultura e em particular aos vinhos verdes. Ia apresentar um requerimento à Mesa, para mais uma vez não ficarem de parte, e passou a ler:

“O Grupo Municipal do PSD vem por este meio requerer a V. Ex^a. que coloque à apreciação e votação da AM de Castelo de Paiva a seguinte recomendação:

Considerando que:

- a) O Programa do XXI Governo, no seu Ponto 9. Descentralização, Base da Reforma do Estado, prevê avaliação da reorganização territorial das freguesias, estabelecendo critérios objetivos que permita às próprias autarquias aferir os resultados da fusão/agregação e corrigir casos mal resolvidos;*
- b) A Lei 22/2012 de 30 de maio que definiu a reorganização administrativa territorial autárquica, não teve concordância da Assembleia Municipal nem da Câmara Municipal de Castelo de Paiva;*
- c) Não estão provados os previstos benefícios resultantes da reorganização territorial, nomeadamente na União das Freguesias de Sobrado e Bairros e na União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso;*
- d) Em Setembro de 2017 serão realizadas eleições autárquicas.*

Face ao exposto, o Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, reunida a 30 de Abril de 2016, delibere recomendar:

- 1. Que a Câmara Municipal reitere expressamente junto do Governo a sua vontade de, a curto prazo, participar diretamente na avaliação e na definição dos critérios da reorganização territorial das freguesias;*
- 2. Que a Câmara Municipal reitere expressamente junto do Governo a sua vontade de, a reorganização territorial das freguesias, prevista no programa do governo, tenha efeitos práticos nas eleições autárquicas de 2017;*
- 3. Que, em conformidade com o ponto número um, a Câmara Municipal promova conversações entre, Assembleia Municipal, Executivos das Juntas de Freguesias, Assembleias de Freguesias, bem como com todos os Partidos Políticos candidatos nas eleições autárquicas de 2013;*

4. Que, em conformidade com o ponto número um, a implementação de um novo modelo de reorganização territorial das freguesias assegure que os critérios a estabelecer defendam os interesses de Castelo de Paiva e permitam restabelecer as nove freguesias do Concelho de Castelo de Paiva;

5. Que esta Recomendação seja enviada ao Governo, Assembleia da República e Presidência da República e difundida junto de toda a comunicação social.”

Mónica Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, referiu que felicitava o Executivo Municipal pela inauguração da Quinta do Pinheiro, uma obra muito esperada por Castelo de Paiva e as pessoas estavam a gostar. Ficou o compromisso feito pelo Sr. Presidente que para o ano o 25 de Abril iria ser comemorado em Pedorido com a inauguração do Choupal e ficavam a aguardar por aquela obra há muito esperada pelo Couto Mineiro do Pejão. O tempo de inverno não foi fácil, muita chuva e muitas derrocadas, e as estradas na Póvoa em Pedorido e na Raiva precisavam urgentemente de arranjo e não era só de massa betuminosa, mas com novo asfalto, e gostava de saber para quando a realização destas intervenções, nomeadamente no Bairro de S. José, incluindo a Rua do Barreiro, a estrada que vai de Serradêlo para a Raiva e ainda no acesso ao loteamento de Póvoa 1. O PSD trouxe novamente a questão da reorganização autárquica, mas era pena que só consoante os seus interesses e a seu belo prazer, é que queriam fazer uma mudança, nomeadamente quanto à existência das 9 freguesias. Deveriam esperar o que vinha por aí, não se sabia nada em concreto, esperava que as Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia fossem ouvidas, mas tinham de esperar que houvesse algo da Tutela para perceberem o que estava em causa. Achava engraçado que em 2013 disseram que queriam a reorganização autárquica e as 6 freguesias, e agora entendiam que deveriam voltar às 9 freguesias. Esperava que viessem bom tempos e não maus tempos.

Almiro Moreira referiu que corrigia a sua colega que acabou de intervir, porque em 2013 o PSD tinha maioria municipal e não se pronunciou relativamente à agregação das freguesias. Quanto à publicidade que a CM pagava ao Jornal de Paiva, pela publicação de uma única página naquele Jornal, que custava por mês 635€, ou seja 7.626€ por ano. Aquela verba representava um aumento de 2.500€ face à mesma publicidade contratada em 2015. Para o Sr. Presidente da CM aquela publicidade tinha o dobro do interesse autárquico da Associação Desportiva de Bairros, tinha o quádruplo do interesse autárquico da Associação Desportiva do Casal; tinha oito vezes mais interesse autárquico que a Associação Desportiva de Sabariz, tinha praticamente o mesmo interesse autárquico que o Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, tinha praticamente o mesmo interesse autárquico que todas as Bolsas do Ensino Superior em Castelo de Paiva, tinha praticamente o mesmo interesse autárquico que a Junta de Freguesia de Fornos, tinha metade do interesse autárquico que a Junta de Freguesia de Real. Era quanto valia aquela bonita página que todos

os meses tinham no Jornal de Paiva. Em tempos de dificuldades eram estas as prioridades do Executivo, 7.626€ por ano que se pagava ao Jornal de Paiva por uma página de publicidade.

José Teixeira Martins referiu que a obra da Quinta do Pinheiro foi prometida e foi cumprida, tendo sido inaugurada no dia 25 de Abril com uma multidão de paivenses. O Executivo estava de parabéns por aquilo que prometia e cumpria. Para o ano já havia mais uma promessa e que ia aguardar, porque ano a ano iam concretizando o programa eleitoral. Mais uma obra que estava a ser realizada era o alargamento da estrada 504 em direção à Cruz da Carreira e agradecia por isso. Convidou todos os presentes e todos os paivenses para a XIII Prova e Mostra de Vinhos de Sabariz que se iria realizar nos dias 21 e 22 de Maio.

José Vilela, Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, referiu que dava os parabéns à AADOP pela excelente caminhada e pela organização da mesma. Deu os parabéns ao Sr. Presidente da AM pelas comemorações do 25 de Abril. Deu os parabéns à CM pela inauguração da 1ª. fase da Quinta do Pinheiro e que o Centro da Vila estava mais bonito e que a requalificação nas Ruas que se tem realizado tem sido uma mais valia. Mas a Avenida General Humberto Delgado, merecia ser requalificada porque era uma entrada da Vila e merecia mais. O Bairro Social da Vila ficava a destoar no meio das zonas requalificadas. Sabia que havia dificuldades de verbas, mas ficava o pedido. A Rua Ferreira de Castro, junto ao Municipal da Boavista, como tinha muito movimento aos fins de semana, também merecia uma requalificação. Agradecia à CM o apoio que deu durante a Prova de Vinhos e Petiscos e a todos os que visitaram Bairros naquela data. Deu os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Real pela excelente organização da Mostra em Real. Lembrou que era urgente verificar o muro que ameaçava ruir na Portelinha, no acesso que dava para a Igreja de Bairros. Agradeceu ao Sr. Vice-Presidente a colaboração nas limpezas das terras, nomeadamente em Bairros provocadas pelas intempéries que tinha havido.

António Pinto referiu que muito se falava do novo Quadro Comunitário e gostava que o Sr. Presidente da CM fizesse um ponto da situação relativamente ao enquadramento do Concelho naquele novo programa comunitário.

José Vieira Gonçalves referiu que o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais disse em entrevista que o Governo pretendia fazer uma reavaliação no processo de agregação das freguesias para corrigir eventuais erros e antes das eleições autárquicas de 2017. Garantiu que ia haver um novo quadro legal em que as populações e as freguesias podiam socorrer-se para se fundirem ou não. Já estava a fazer uma avaliação com a ANAFRE e as conclusões tinham de ser tiradas no ano de 2016. Questionou o Sr. Presidente da CM, pois queria saber o que já se fez ou que pretendia fazer, porque se tratava de uma promessa eleitoral. Deu os parabéns à

AM pela iniciativa solene nas comemorações do 25 de Abril. Deu os parabéns ao Executivo da CM pela belíssima obra que fez na Quinta do Pinheiro.

Presidente da AM referiu que quanto à comemoração do 25 de Abril, repetiu-se a sessão solene e que todos se deviam orgulhar, pelo âmbito democrático em chamar para intervir outros partidos com assento na Assembleia da República e que se devia olhar como iniciativa de participação política e de abertura. Tiveram as intervenções do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português, mas queria informar que também tinha dirigido o convite ao CDS-PP, mas só tiveram resposta da candidata à AM que justificou porque não podia vir e então notificou-se as estruturas distritais e a própria presidente do Partido, mas não se obteve resposta, a não ser na véspera, uma justificação do representante local, que foi candidato à CM, a dizer que não podia estar presente. Quanto à prestação da Academia de Música e dos músicos que vieram abrir a sessão, propôs que a AM aprovasse uma Moção de Reconhecimento e apreço para depois fazer chegar através do Presidente Agostinho Vieira. No que respeitava à sessão solene, e quanto ao tratamento da comunicação social, e embora não tivessem estado presentes e feito a transmissão em direto este ano foram gravadas as intervenções e depois divulgadas através da rádio local. No que respeitava à questão da comunicação e da própria imagem da AM, solicitou à CM que fornecesse o técnico para se por em dia a página da internet com a convocação das atas e outros documentos e dossiês, como a posição da justiça, assim como as intervenções do 25 de Abril. Quanto à inauguração do empreendimento da Quinta do Pinheiro, achava que a AM deveria formalmente reconhecer e louvar aquele empreendimento e que tínhamos de prestar homenagem a Gonçalo Rocha, Presidente da CM. Relativamente ao 1º. de Maio propunha uma saudação aprovada pela AM.

Presidente da AM referiu que tinham uma recomendação através de requerimento à Mesa e que a AM deveria apreciar e votar.

Mónica Rocha solicitou 5 minutos à Bancada do PS, para fazer uma suspensão da AM.

Presidente da AM referiu que os trabalhos estavam interrompidos por 5 minutos.

Presidente da AM retomou os trabalhos

Fátima Strecht referiu que em relação à proposta do PSD, e em nome da bancada do PS, apresentava a seguinte proposta:

“A bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, em face da proposta apresentada pelo GM do PSD, atendendo, por um lado à extrema importância de que se reveste este assunto e, por outro lado, a que ainda não somos conhecedores dos pormenores do Poder Central, da tutela, apresenta uma proposta que é a da discussão e aprovação deste ponto já na próxima sessão da Assembleia Municipal, então aí já porventura conhecedores de mais aspetos e pormenores a ser tidos em

conta pelo Governo. O GM do PS e o Executivo Municipal estiveram desde a primeira hora na linha da frente “desta luta” pela manutenção das nove freguesias do Concelho, a quem o Sr. Presidente da Câmara por várias vezes se referiu como sendo as suas nove filhas, termo até utilizado em termos mais ou menos jocosos pelo PSD. No entanto atendendo à importância do assunto e porque seremos conhecedores, provavelmente em breve, de mais pormenores sobre este assunto, propõe que este assunto seja remetido para a próxima sessão da Assembleia Municipal.”

José Rocha referiu que o que apresentou era uma recomendação e não uma proposta. Achavam que Castelo de Paiva deveria estar na linha da frente da discussão. O PSD defendia as 9 freguesias e gostaria que aquela recomendação fosse votada, o PS apenas tinha que decidir, tal como o PSD, se era a favor das 9 ou das 6 freguesias. A próxima AM era dali a 3 meses e se calhar já era tarde e já podiam estar as coisas consumadas.

José António referiu que achava completamente prematuro definir se eram a favor ou contra as 9 ou 6 freguesias, porque não sabíamos quais eram os critérios que iam ser utilizados para a revisão do Mapa. Achava que a proposta que foi feita era a mais adequada e que deveriam aguardar mais alguns critérios e o que o Governo pensava fazer na revisão do Mapa Autárquico. Com certeza que tanto o Executivo como a AM iriam estar atentos e não iam deixar passar uma oportunidade de reorganizar as Freguesias.

Presidente da AM referiu que a Mesa estava confrontada com duas posições, uma o agendamento do tema para a próxima sessão em Junho, ou recomendação. Uma vez que não havia unanimidade teriam de votar em alternativa.

Almiro Moreira referiu que a recomendação apresentada pelo PSD não prejudicava a proposta apresentada pelo GM do PS. Mantinham a recomendação e queriam que fosse colocada à votação, que seria aprovada ou rejeitada pela AM.

Presidente da AM referiu que a posição da Mesa estava definida e ia colocar a votação em alternativa.

Colocado à votação a proposta apresentada pelo GM do PS, pelo agendamento no mês de Junho deste tema, foi a mesma aprovada por maioria com 14 votos a favor (13 do PS mais 1 independente).

Colocada à votação a recomendação do GM do PSD, foi a mesma aprovada por 8 votos a favor do PSD.

Ficou aprovado o agendamento para Junho do tema da Reorganização Administrativa das Freguesias.

Giselda Neves referiu que tinha votado no novo agendamento por uma questão de convicção. A bancada do PS nunca se opôs à discussão e sobretudo foi muito

coerente e foi uma voz ativa na defesa das 9 freguesias. Em 2013, a bancada do PSD absteve-se, provavelmente. Quem esteve sempre à frente na defesa das 9 Freguesias foi o GM do PS e o Executivo camarário. Era engraçado virem agora, de repente, ainda sem a Tutela ter referido o que vai fazer ou de dar indicação para as medidas que deveriam tomar, estavam à frente da defesa das 9 freguesias. Tinham de ser coerentes, porque em 2013 não sabiam bem o que queriam e agora vinham recomendar. Mas não era preciso recomendar o Executivo, porque este esteve sempre na linha da frente.

Almiro Moreira fez uma declaração de voto e referiu que não houve votação na AM relativamente à agregação de freguesias em 2012, porque não houve nenhuma proposta e por isso não houve votação e ninguém teve voto ativo. Quanto à votação reiterou que o GM do PS acabou, permitida pela Mesa, por não votar a recomendação que era apenas dar poderes ao Sr. Presidente da CM para fazer algo naquele sentido. Assim a recomendação ficou prejudicada, mesmos com os votos que teve a favor, mas gostava que desta vez não ficassem para trás ou à espera da deliberação do Governo.

Presidente da AM referiu que tinha algumas propostas que queria colocar à votação. A proposta do 25 de Abril, a Quinta do Pinheiro e os Jogos Desportivos. Os Jogos Desportivos faziam 30 anos e em seu nome pessoal e da AM, dava as felicitações aos promotores dos Jogos Desportivos, o reconhecimento de que trouxe vantagens, benefícios, se tiverem a noção de quantos adultos e crianças estiveram envolvidas naquela atividade. Achava que ficava bem à AM reconhecer, dar os parabéns e que estavam atentos àquela atividade, que louvavam e incentivavam. A proposta era a seguinte:

“A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária:

1º. Reconhece e louva as comemorações do 25 de Abril em Castelo de Paiva, sublinhando a participação na sessão solene, e o relevo das intervenções políticas dos eleitos locais e das forças políticas convidadas;

2º. Bem como reconhece e aplaude a concorrida inauguração do extraordinário empreendimento na Quinta do Pinheiro, que honra os seus promotores, com realce para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Rocha.

3º Jogos Desportivos, felicitação, reconhecimento, louvor, incentivo e dar os parabéns pelas atividades desenvolvidas ao longo de 30 anos.”

Colocada à votação aquela proposta, a AM deliberou por unanimidade aprová-la.

Quanto à saudação do 1º. De Maio:

“A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária reunida na véspera do 1º. de Maio de 2016, saúda e solidariza-se com os trabalhadores, designadamente com os que mantiveram e mantêm ligação a Castelo de Paiva, e de um modo especial com

os emigrantes paivenses que deixam a nossa terra para ir trabalhar no estrangeiro ou noutra região do País. A Assembleia Municipal reconhece o importante papel dos Sindicatos, das Federações e das Centrais Sindicais, sintonizando-se com as iniciativas, objetivos e reivindicações definidas para as comemorações do 1.º de Maio de 2016, que amanhã se celebrarão. A Assembleia Municipal incumbe o seu Presidente de dar conhecimento público desta posição e de a remeter às Uniões dos Sindicatos de Aveiro e do Porto, bem como às Centrais Sindicais.”

Colocada à votação, aquela proposta a AM deliberou por unanimidade aprová-la.

Proposta à Academia de Música:

“A Assembleia Municipal agradece e reconhece a colaboração da Academia de Música na abertura da sessão solene comemorativa dos 42 anos da Revolução de Abril de 1974 e dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa de Abril de 1976. Mais delibera que esta proposta seja dada a conhecer aos músicos intervenientes e à Academia de Musica, através do seu Presidente Agostinho Vieira.”

Colocada à votação, aquela proposta a AM deliberou por unanimidade aprová-la.

Presidente da AM deu a conhecer as atividades desenvolvidas em nome da AM. Esteve presente na abertura da Semana da Leitura no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva. Esteve presente no encerramento do Congresso Federativo de Aveiro do PS em Arouca. Tinha ido com o Sr, Presidente da CM ao Ministério da Justiça a Lisboa, onde tiveram uma intervenção muito interessante e muito empenhada a propósito da realização da justiça em Castelo de Paiva, e que foram recebidos pela Secretária de Estado da Justiça, Juíza Helena Mesquita. Esteve presente em Bairros na Prova de Vinhos e Petiscos. Esteve presente nas comemorações do 25 de Abril, mas por razões pessoais não pode estar na abertura dos Jogos e na inauguração da Quinta do Pinheiro.

4.-INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 1815 de 16.04.2016, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 15 de Abril de 2016, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 536.606,57 (quinhentos e trinta e seis mil seiscientos e seis euros e cinquenta e sete cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 14.04.2016, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 933.875,71 (novecentos e trinta e três mil oitocentos e setenta e cinco euros e setenta e um cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

José Rocha referiu que em relação a Abril de 2015 denotava-se que havia um decréscimo de 790.000,00€ e o diferencial entre a disponibilidade de Abril de 2015 para Abril de 2016 havia um diferencial de 397.000,00€, e que era importante refletir aqueles números. Na página 10 no quadro da relação dos encargos assumidos e não pagos apareciam 12 vencimentos, e gostaria de ser esclarecido sobre aquilo.

Presidente da CM esclareceu que quanto à questão das intempéries era uma matéria que dizia respeito ao Ministério da Agricultura, os trabalhos foram feitos exclusivamente pelos serviços desconcentrados daquele Ministério e teve a ver com os trabalhos feitos por aquelas entidades e pelas participações dos agricultores que tiveram prejuízos. Se houvesse alguma questão que pudesse ser enquadrada naquele âmbito, estava disponível para junto das entidades resolver as questões. Tinham apresentado orçamentos de prejuízos a várias entidades, mas ainda não tinha havido resposta àquelas solicitações. Deu nota do empenho dos bombeiros, da GNR, das Juntas de Freguesia e dos serviços da CM aquando das fortes chuvas que houve no concelho. Quanto à questão da agregação das freguesias, a sua posição e a do GM do PS foram sempre bem vincadas quanto à defesa das freguesias do Concelho e que sobre isto nem o Presidente da CM nem o GM do PS precisavam de recomendações, porque sabiam bem o que queriam desde a primeira hora. Quanto à questão sobre os custos que a CM tinha no jornal local, estranhou a forma tão contundente como foi exposto o tema, que quase lhe apeteceu pegar na relação de juros que herdou em 2009 em que uma obra era transformada num custo de duas ou três vezes mais. O jornal tinha a sua linha editorial e vai dando expressão do que se fazia no concelho. Quanto ao anúncio de página inteira era importante, porque tiveram muitos paivenses a participar na cerimónia de inauguração. Quanto à questão dos fundos comunitários o PROVER e a Baixa Densidade, eram temas preocupantes e a responsabilidade do que aconteceu foi do Governo do PSD-CDS, que fizeram o mapa e foram alertados muitas vezes, e pensava que iria ser revisto. Mas o Executivo não ficou de braços cruzados e apresentou um pacote de investimentos no âmbito do PROVER que não envergonhavam ninguém. Tinham por via da APDL um dos projetos âncora de 1.600.000,00€ para o Castelo, em Fornos, e tinham um conjunto de investimentos associados ao Rio Paiva que ultrapassavam os 2.500.000,00€. Em investimentos privados tinham o montante de 34.000.000,00€. Iam continuar a trabalhar naquele eixo e em outros. No âmbito da regeneração urbana estava em condições de dizer que já garantiram no Quadro Comunitário 1.800.000,00€. Nas escolas tinham já 1.000.000,00€ devidamente salvaguardado para o Parque Escolar. Tinham investimento assegurado no âmbito social. Tinham candidaturas feitas no âmbito do património natural que vai permitir a requalificação das zonas ribeirinhas do Douro. A requalificação do Choupal iria avançar ainda este ano. Aqueles projetos que estavam a ser desenvolvidos eram uma frente de rio de 8km. Sobre o Douro deveria ser o único autarca que estava a despoletar um tema que era importante na região, que era o retorno e as

contrapartidas financeiras. Era inadmissível que existisse praticamente um operador turístico que cobrava 3.000,00€ por uma semana de férias e que o lucro ia inteiramente para aquelas empresas ou fundos americanos e os impostos diretamente para Lisboa e os municípios ribeirinhos viam os barcos a passar e ficavam com o lixo. Disse na APDL que era preciso refletir sobre este tema e era preciso inverter o que estava a acontecer. Em conjunto com a ADRIMAG estavam a desenvolver uma candidatura com as marcas do concelho, o vinho, a música, a cultura, o Douro, o Paiva, a paisagem e iriam ser desenvolvidos nos próximos 2 anos e meio, inclusive com a feira do vinho verde, e se fosse aprovada era uma candidatura de quase 500.000,00€, e iam ter coisas novas e inovadoras. Pretendiam comprar ou alugar um grande pavilhão para o artesanato local. Ainda tinham muito para fazer, mas não podiam dar o passo maior que a perna. Quanto às pavimentações de vários sítios no Concelho, sabia que era necessário fazê-los no mais curto prazo de tempo. Na freguesia de Raiva tinha mais um investimento que esperava que fosse aprovado que era a reabilitação de Midões. A requalificação da zona de Boure também foi candidatada com um investimento de 200.000,00€. Tinham um conjunto de iniciativas programadas que caso fossem aprovadas iriam ter bons e importantes investimentos no concelho.

5.-PRESTAÇÕES DE CONTAS DO ANO DE 2015.

Presente os documentos da Prestação de Contas do Ano de 2014, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM referiu que a Prestação de Contas estava certificada pelo Revisor Oficial de Contas que atestava a veracidade dos números. Quanto às Grandes Opções do Plano, estava a falar de um valor global de 2.264.000,00€, no qual se destacava as funções sociais, e que na educação tinha 51,41% cerca de 6.000.000,00€. A Quinta do Pinheiro teve um peso muito importante nos investimentos. Ao nível das transferências para as Juntas e Associações tiveram um montante próximo dos 345.000,00€. As receitas correntes andavam na casa dos 8.482,00€, as receitas de capital de 7.509,00€ e outras receitas de 1.500.000,00€. O valor que surgia no documento tinha o reflexo do empréstimo da CCA de 6.813.000,00€ e que aquele valor tinha de ser retirado e que o orçamento real estava na casa dos 9.178.000,00€. Sobre o valor do serviço da dívida continuava a ser muito elevado, cerca de 1.500.000,00€ em amortização de capital e mais quase 300.000,00€ para o serviço da dívida. Aquele valor daria para fazer muito investimento no Concelho. Mas, como não havia milagres, se somassem àquele valor a despesa com o pessoal, que era cerca de 3.000.000,00€ estavam muito próximos dos 5.000.000,00€, e ainda tinham as despesas da autarquia, o que se tornava difícil ficar com alguma verba para investimento. No ano passado pagaram à banca 1.800.000,00€ reduzindo a dívida do Município para 9.500.000,00€, paralelamente a isto conseguiram reduzir o prazo médio de pagamento para 51 dias, que tinham conseguido conciliar o investimento, as respostas sociais, pagar a

tempo e horas a fornecedores e empreiteiros, e voltar a adquirir capacidade de endividamento. Eram metas importantes, mas ainda tinham um empréstimo asfixiante que terá de ser pago entre 2014 e 2019 cerca de 3.500.000,00€. Era difícil, porque retirava a capacidade de investimento no Concelho. Estavam satisfeitos pelo trabalho desenvolvido, porque tinham conseguido honrar todos os compromissos, apesar das dificuldades.

Almiro Moreira referiu que relativamente à Prestação de Contas a primeira nota ia para o saldo orçamental global negativo de menos 731.000,00€ e, neste mandato, se juntassem os saldos dos anos anteriores já estavam com um saldo orçamental global de menos 1.100.000,00€. Uma análise bruta do resultado o que dizia era que o saldo orçamental global era negativo, porque tinham um défice de 731.000,00€. Mais uma vez verificavam a ausência de uma contabilidade analítica, o que enfraquecia a função de fiscalização dos membros da AM. Continuava a achar que o valor na rubrica de pareceres e estudos continuava a ser elevado face à dimensão do Município e que 86.000,00€ era bastante elevado. Como não tinham contabilidade analítica, que ajudaria a perceber como foram distribuídas as rubricas, tinham que analisar os quadros disponíveis. Verificaram lapsos e omissões no quadro dos contratações administrativas. Passou a ler os erros e omissões e entregou à Mesa um documento que se transcreve na íntegra:

Objeto do Contrato	CPVs	Preço Contratual	Data de Publicação	Data de Celebração do Contrato	Prazo de Execução
Controle Analítico da Qualidade	90733000-4, Servi	LPQ-Laboratório Pró-Qualidade, S.A. (502563664)	4.135,75€	06-02-2015	04-02-2015
RENOVAÇÃO DE CONTRATO A(79100000-5,	Servi	Mónica Sofia Gomes Rocha (227921810)	10.848,00€	23-02-2015	30-01-2015
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE T	71351810-4, Servi	Daniel Filipe Moreira Vieira (229739270)	6.407,97€	26-02-2015	20-02-2015
Reparação de viatura afeta aos	50000000-5, Servi	Garagem Cabral Alcides Sousa, L.da (500803668)	6.597,69€	05-03-2015	03-03-2015
P10/GAP-APR/2015 - AQUISIÇÃO	79820000-8, Servi	Gráfica Pivense, Lda (503380628)	5.358,00 €	23-03-2015	17-03-2015
Reparação de viatura afeta aos	50000000-5, Servi	Auto Sueco, L.da (500038015)	8.925,63€	02-04-2015	23-03-2015
Aquisição de tout-venant de 1.	14212000-0, Grán	Fernando Almeida e Filhos, S.A. (501623655)	9.810,00 €	07-04-2015	26-03-2015
Tornearia Mecânica, serralharia	50100000-6, Servi	Pinto & Teixeira, L.da (504289101)	12.000,00€	09-04-2015	08-04-2015
Proc.º 02/2015 - Construção de	45000000-7, Cons	António Carlos Rocha - Construção e Obras Públicas, Lda (505436728)	12.943,50 €	10-04-2015	20-03-2015
Aquisição de artefactos de beto	44114200-4, Prod	Ernesto Sousa Lourenço e Filhos, L.da (502493429)	10.293,80€	23-04-2015	22-04-2015
P16/DAG-APR/2015 - AQUISIÇÃO	15800000-6, Prod	SUPERMERCADO DOURO, CARVALHO & SILVA, LDA (500328900)	7.598,70€	23-04-2015	09-04-2015
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS JURIC	79100000-5, Servi	Carlos Alberto Gomes Ferreira (158768728)	7.045,45€	12-05-2015	05-05-2015
Assistência Técnica, controlo d	71900000-7, Servi	DPM - Tratamento de Águas e Ar Ambiente, L.da (503322342)	4.079,98€	04-06-2015	02-06-2015
Requalificação do Depósito de	45200000-9, Obra	Nuno Santos e Daniel Gonçalves - Construções L.da (510062466)	8.330,32€	04-06-2015	20-05-2015
Fornecimento de pneus novos	34350000-5, Pneu	Recauchutagem Nortenha, S.A. (500632588)	1.192,06€	15-06-2015	05-06-2015
AQUISIÇÃO DE ESPETÁCULO R	92312240-5, Servi	SONS EM TRANSITO - ESPETÁCULOS CULTURAIS, UNIPESSOAL,LDA (506734579)	22.500,00€	22-06-2015	17-06-2015
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS-FOF	92000000-1, Servi	ILUMINARTE,LDA (513065156)	4.000,00€	01-07-2015	25-06-2015
AQUISIÇÃO DE BENS - AQUISIÇÃO	34350000-5, Pneu	A.ESTEVEZ,LDA (501054340)	4.650,56€	07-07-2015	30-06-2015
P. 09/2015 - Centro de	45200000-9,	Edilages, S.A. (508559871)	11.114,10€	20-07-2015	15-07-2015

promoç	Obra				
P. 06/2015 - Sinalização Horizo	45233141-9, Man	Sinalnorte - Sinalização e Marcação de Estradas, L.da (501332464)	4.151,04€	25-08-2015	21-07-2015
ALUGUER DE AUTOCARROS PA	60172000-4, Alugi	TRANSDEV DOURO, SA (500252173)	14.700,00€	07-09-2015	20-08-2015
AQUISIÇÃO DE BENS - AQUISIÇ	09211000-1, óleo	Recauchutagem Nortenha, S.A (500632588)	1.815,29€	15-09-2015	09-09-2015
FORNECIMENTO DE PNEUS PA	34350000-5, Pneu	A. Esteves, L.da (501054340)	3.030,24€	05-10-2015	29-09-2015
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE N	72610000-9, Servi	MEDIDATA NET SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA AUTARQUIAS, S.A (504990926)	8.899,49€	17-11-2015	10-11-2015
AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS	09122100-1, Gás r	RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A (513108890)	9.547,85€	17-11-2015	05-11-2015
P.13/2015 - Pavimentação do (45232451-8, Obra	Construções Cruz da Carreira, L.da (505856808)	26.961,77€	04-12-2015	03-12-2015
P53/GAP-APR/2015 - ILUMINA	71318100-1, Servi	Iluminações TEIXEIRA COUTO UNIPESSOAL, LDA (505760215)	4.950,00€	30-12-2015	14-12-2015
			231.887,18 €		

No total eram 26 contratos que não constavam no mapa dos contratos, no valor total de cerca de 232.000,00€. Face ao saldo orçamental negativo global e a estas omissões que lhe pareciam falhas, não podiam dar parecer favorável a estas contas.

Vereador José Carvalho esclareceu que quanto ao saldo global e para falar dele, teria de falar do saldo primário e se retirarem os ativos e passivos financeiros e somarem o custo serviço de dívida, ou seja, os juros, compreendia que o diferencial seria bem maior, porque por força daquilo que era o serviço da dívida e o que a CM estava a liquidar tinha cortado de sobremaneira aquilo que podia ser a capacidade de investimento. Quanto à interpretação aos quadros da página 23 estava errada, porque o que esta refletia era a melhoria significativa que existiu em 2014 e 2015 na Prestação de Contas, porque o saldo global tinha uma diferença efetiva de menos 706.801,00€. Em relação à Prestação de contas que estavam a analisar, tinha de ser feita uma análise política e o que tinha de ser visto era se eram boas ou más contas e não se referia à perspetiva técnica, mas se havia uma boa ou má gestão. Desde logo a Prestação de contas de 2015 refletia o que tinha sido os movimentos que derivaram com a contração do empréstimo para o novo PSF ajustado e isso refletiu bastante no orçamento que era escasso. O orçamento demonstrava de forma inequívoca que o Município de Castelo de Paiva continuava a ter uma dependência elevada nas transferências do Estado, porque as receitas próprias do Município tinham vindo a reduzir. Refletia também que havia uma taxa de execução do orçamento de 74% e que isso era significativo. Tinham custos elevados com as despesas do pessoal e com as despesas correntes, apesar de ter havido uma redução com as despesas de pessoal. Quanto à questão da dívida, naquela Prestação, tinham de refletir que o valor que estava consignado ao FAM, não só no valor que estavam a pagar anualmente mas também na sua totalidade, ou seja um custo de mais de 400.000,00€. O que ressaltava da Prestação de Contas eram as boas contas, porque houve boa gerência, porque conseguiam cumprir com os compromissos assumidos com a banca, com o esforço que fizeram para liquidar quer as despesas de capital quer os juros, mantendo o prazo médio de pagamento muito baixo em 51 dias. Apesar deste esforço todo conseguiram manter o investimento e o prazo médio de

pagamento. O Sr. Presidente da CM estava de parabéns, porque isto eram boas contas, pois tinha sido uma boa gestão.

Presidente da AM referiu que não tinha capacidade técnica para a análise da Prestação de Contas, mas que tinha um contrato com uma entidade do Revisor Oficial de Contas e tinha a certificação legal das contas que todos tinham lido.

Almiro Moreira referiu que as contas estavam certificadas por lei e por isso pediu explicações relativamente a documentos que na sua opinião estavam incorretamente lançados e omissos e sobre esta matéria não lhe foi dada qualquer explicação.

Presidente da CM referiu que as contas estavam certificadas e se qualquer membro quisesse algum esclarecimento adicional, poderiam fazer um requerimento e os serviços de contabilidade dariam os esclarecimentos necessários.

Colocado à votação a Prestação de Contas de 2015, a AM deliberou aprová-la por maioria com 6 votos contra (do PSD), 2 abstenções (Presidente das Juntas de Freguesia de Fornos e Sobrado e Bairros) e 14 votos a favor (13 do PS e 1 independente).

5.A). APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO PSF SEMESTRAL E ANUAL.

Presentes os Relatórios Anual e Semestral do PSF de 2015, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Almiro Moreira referiu que, relativamente ao Relatório Semestral do PSF de Junho de 2015, era completamente inútil. Quanto ao Relatório anual de 2015, havia na página 11 algo que era preocupante, porque dizia que se verificava uma libertação de fundos inferior à prevista no PSF, que poderia comprometer nos próximos anos o reembolso oportuno dos empréstimos de médio e longo prazo, derivado à concentração dos mesmos e aos investimentos comparticipados previstos no PSF. Face a esta conclusão e ao que também era dito que a Lei do orçamento de Estado de 2016 que já permitia a prorrogação dos prazos de empréstimo, questionou se o Sr. Presidente da CM já tinha em vista ou se estava a pensar fazer a prorrogação do prazo do empréstimo. Quanto à dívida, aquele relatório apresentava um facto com alguma curiosidade, porque indicava que em 31 de Dezembro de 2015 o Município estava com uma dívida de 10.596.615,00€, mas na página 55 do relatório do PSF Ajustado dizia que a dívida em 1998 era de 11.000.000,00€, o que queria dizer que naquele momento estavam exatamente com a mesma dívida que estavam em 1998, o que também queria dizer que o Executivo ia começar a pagar a dívida herdada pelo executivo do Dr. Antero Gaspar e do Prof. Joaquim Quintas. A dívida já existia antes, não nasceu em 2008.

Presidente da CM referiu que admitia que o Membro Almiro Moreira tenha feito um esforço para ver se salvava a honra do convento, face àquilo que tinha sido um desastre o que aconteceu no Concelho, mas a forma como o fez não tinha nexo

nenhum. As contas eram públicas e que as contas de Dezembro de 1997 diziam que a CM tinha uma dívida de 5.040.000,00€ e que era uma realidade bem diferente daquela que tinha herdado. O que tinham feito em termos de redução estava escrito, atingiram os 9.500.000,00€, mas tinha a ver com a questão do pagamento do FAM, que havia dívida a terceiros que não eram do Município, mas que tinham de ser pagas, por força da solidariedade onde participavam nas Associações. Mas a dívida que tinham de pagar não ultrapassava os 9.500.000,00€ e isso estava escrito e garantido.

Almiro Moreira referiu que ou o Sr. Presidente da CM estava equivocado ou o Relatório estava equivocado. No Relatório constava: “ *divida total excluindo não orçamentais e FAM 10.745.808,00€*”. O que o Sr. Presidente tinha dito era que a dívida era de 10.000.000,00€, porque estava incluído o FAM.

Presidente da CM referiu que esclareceu quando falou das Associações em que a CM fazia parte e que naquele momento não tinha dívidas em relação a Associações.

Almiro Moreira referiu que tinha colocado uma questão ao Sr. Presidente da CM, se estava a prever a prorrogação do prazo brevemente e não lhe foi respondido.

Presidente da CM respondeu que tudo o que fosse vantajoso para o Município e para os paivenses iria fazer dentro do quadro legal.

José António Rocha referiu que nos últimos tempos o GM do PSD tinha tentado sacudir a água do capote, quando o executivo chamava à atenção para a enorme dívida herdada e a cada passo ouviam, para não falarem do assunto, mas que agora vinham falar de factos de 1997.

Presidente da AM questionou a CM porque queria saber se os Boletins Municipais estavam todos arquivados na Biblioteca Municipal.

Presidente da CM respondeu que sim, que estavam lá todos.

6. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS AO INVESTIMENTO.

Presente o Regulamento de Concessão de Apoios ao Investimento e uma informação dos serviços, dando conhecimento das alterações ao mesmo, que se dão aqui integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Almiro Moreira referiu que esta era a terceira vez que vinha à AM aquele documento, porque tinha havido uma imprecisão no texto, foi devolvido à CMe que agora já estava retificado.

Colocado à votação a AM deliberou por unanimidade aprovar as referidas alterações.

Ausentou-se o Membro Almiro Moreira.

7.- CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – CAMPO MUNICIPAL DA BOAVISTA – SPORTING CLUBE PAIVENSE.

Presente uma proposta da CM referente à Constituição do Direito de Superfície que se transcreve na íntegra: *“ZONA DESPORTIVA "CAMPO MUNICIPAL DA BOAVISTA" - CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO SPORTING CLUBE PAIVENSE. O Município de Castelo de Paiva é proprietário do seguinte imóvel: Prédio urbano, conhecido por Zona Desportiva "Campo Municipal da Boavista", localizado em Gração de Além, União das Freguesias de Sobrado e Bairros, composto por campo de jogos, bancada, espaço para espectadores, cabines e balneários, com a área total de 9.322,00m², uma área de implantação de edifícios de 9.322,00m², uma área bruta de construção de 9.322,00m², uma área bruta dependente de 105,30m² e uma área bruta privativa de 9 216,70m², o qual confronta do Norte com a Rua Luis de Camões, Sul com Município de Castelo de Paiva, Nascente com Rua 1.º de Maio e Poente com caminho de servidão e Conferência de S. Vicente de Paulo, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Sobrado e Bairros sob o artigo 1724, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo de Paiva sob o número 941/19990120 e nela inscrito a favor do Município de Castelo de Paiva, prédio este melhor identificado nas plantas anexas. Considerando que o Sporting Clube Paivense, pessoa colectiva número 501325060, com sede em Sobrado, Castelo de Paiva, é uma associação cujo objecto consiste na prática desportiva e na prossecução de actividades que contribuem para o desenvolvimento do Município de Castelo de Paiva, e que, no âmbito do Protocolo de Cessão de Exploração da Zona Desportiva "Campo Municipal da Boavista", celebrado em 30 de Março de 2004 e em vigor, esta associação desportiva tem vindo a assegurar o funcionamento da referida zona desportiva, garantindo a realização de actividades culturais e desportivas naquelas instalações e suportando todas as despesas inerentes ao seu pleno e adequado funcionamento. Considerando também que esta associação tem desempenhado um papel importantíssimo na prossecução do interesse público, que é apanágio da actuação da Câmara Municipal, quer pela sua mais estreita proximidade da realidade desportiva local, quer pelo voluntariado altruísta dos seus membros; E tendo também em conta que para o desenvolvimento das suas actividades o Sporting Clube Paivense necessita de modernizar as infraestruturas do Campo Municipal da Boavista, através de uma candidatura a fundos comunitários, e que para isso se torna necessário estabelecer a seu favor um direito de superfície sobre o referido prédio urbano; E considerando ainda que esta figura do direito de superfície é aquela que mais se adequa à cedência daquelas instalações desportivas por parte do Município àquela Associação, com aquela finalidade; PROPONHO que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, no uso da competência a que alude a alínea g), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,*

delibere propor à Assembleia Municipal que autorize, nos termos da alínea i) do artº. 25.º do mesmo regime jurídico, a constituição de um direito de superfície, gratuito, sobre o imóvel acima descrito, a favor do Sporting Clube Paivense, por um período de 50 anos (cinquenta anos), prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de cinco anos. Mais proponho que todas as despesas necessárias à constituição e registo do presente direito de superfície sejam da responsabilidade da Câmara Municipal. Tendo em conta que os termos da utilização das referidas instalações desportivas serão objecto de escritura de constituição de direito de superfície a celebrar entre o Município de Castelo de Paiva e o Sporting Clube Paivense, propõe-se que no referido instrumento notarial figurem as seguintes condições: 1.º O superficiário apenas poderá utilizar o imóvel para a promoção e desenvolvimento de actividades relacionadas com os fins a que estão adstritos os equipamentos cedidos, ou ainda para outras actividades culturais, educativas recreativas, ou religiosas que não colidam com o âmbito do seu objecto estatutário e com as atribuições do Município; 2.º O imóvel objecto da constituição do presente direito de superfície destina-se às actividades previstas na cláusula anterior, não podendo ser dado de arrendamento nem cedido ou ocupado a qualquer título por outras pessoas ou entidades, sem prévia autorização do Município; 3.º A utilização das instalações para um fim diferente daquele para o qual foram cedidas, confere ao Município o direito de fazer cessar a vigência do contrato, obrigando-se o superficiário a restituir o imóvel ao seu legítimo proprietário, o Município de Castelo de Paiva, após aviso prévio, com a antecedência mínima de 30 dias; 4.º São da responsabilidade do superficiário as despesas decorrentes das actividades desenvolvidas, a manutenção de máquinas e equipamentos, ou outros encargos e ainda seguro de responsabilidade civil em cuja apólice estejam previstos danos causados por actos de vandalismo no imóvel; 5.º O superficiário pode realizar obras de beneficiação e adaptação desde que sejam previamente autorizadas pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva; 6.º O superficiário obriga-se a disponibilizar o imóvel cedido para a realização de eventos de interesse municipal e a permitir a inspecção regular do funcionamento daquelas instalações desportivas por parte dos serviços da Câmara Municipal; 7.º Findo o contrato, o Sporting Clube Paivense restituirá o imóvel ao Município de Castelo de Paiva, com todas as benfeitorias e acessões que nele tenham sido incorporadas, livre e desocupado de pessoas e bens próprio do clube, sem dependência de qualquer aviso ou outra formalidade e sem exigência de qualquer contrapartida; 8.º No mais, aplicar-se-á o regime geral do direito de superfície previsto nos artigos 1524.º e seguintes do Código Civil.”

Colocado à votação, a AM deliberou por unanimidade aprovar a autorização da constituição do direito de superfície do Campo Municipal da Boavista ao Sporting Clube Paivense conforme proposta da CM.

8.-ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESOAL.

Retirado este ponto por falta de elementos.

Ausentou-se o Sr. Presidente da AM, que foi substituído pelo Secretário.

Verificou-se a presença do membro Almiro Moreira

9.- PROJETO DE REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA DE CASTELO DE PAIVA.

Presente o Projeto de Regulamento que se dá aqui integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta ata.

Depois de uma breve explicação, foi o mesmo colocado à votação e a AM deliberou por unanimidade aprová-lo

10.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Deolinda Martins, representante da Junta de Freguesia de S. Martinho, fez um convite a todos os presentes para irem a S. Martinho naquele final de semana e convidou também para a realização da Mostra das Atividades Económicas na Freguesia de S. Martinho nos dias 21 e 22 de Maio.

Verificou-se a presença do Sr. Presidente da AM

Mónica Rocha representante da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, convidou todos os presentes a estarem presentes na realização do Couto Mineiro em Festa no Monte de S. Domingos nos dias 17, 18 e 19 de Junho.

Presidente da AM referiu que quando fizeram a AM em Sardoura ficou acordado fazer-se uma AM na Freguesia de Real. Aquela Freguesia deveria ponderar e se achasse conveniente e ajustado preparariam em conjunto a próxima AM em Real. Se a Junta de Freguesia entendesse que os Membros da AM deveriam visitar a Freguesia de Real, como era uma área grande, poderiam requisitar o Mini-autocarro para o efeito.

Presidente da Junta de Freguesia de Real referiu que agradecia a disponibilidade e a descentralização da AM e que estavam convidados para irem a Real e que também disponibilizava uma viatura para visitarem a Freguesia de Real.

A sessão foi encerrada às 18.30h, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do n.º. 3 do artigo 57º. da Lei n.º. 75/13, de 12 de Setembro.

Aprovada na sessão de ____ / ____ / ____ por _____

Com ____ votos a favor, ____ abstenções e ____ votos contra